

CONTRATO Nº. 023/2023.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
DE ASSESSORIA DE IMPRENSA,
COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E DE
SERVIÇOS EDITORIAIS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE
SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DO
TOCANTINS – E MARILIA ABUBAKIR
RANDAM.**

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DO TOCANTINS 25ª REGIÃO - CRESS 25ª REGIÃO – TO, inscrito no CGC/MF sob o n.º 09.360.985/0001-30, Quadra 504 Sul, Al. 02, Lt. 62, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, doravante denominada **CONTRATANTE**, legalmente representada pela Conselheira Presidente Sra. **TACIANE DE OLIVEIRA**, brasileira, Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade de n.º. 408.212 – SSP-/TO e do CPF de n.º. 987.552.771-87, doravante denominada **CONTRATANTE** e a profissional **MARILIA ABUBAKIR RANDAM**, com sede na Quadra ARSO 22 Al 13, Lt 03 APT 604, CEP 77.015-264, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º. 035.963.605-52, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato que se vincula nos termos do edital n.º 005/2023, realizado mediante processo administrativo n.º 071/2023, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, observadas as especificações constantes nele contido, seguindo a Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações, e legislação pertinente, bem como pelas normas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação profissional especializada na prestação de serviços de assessoria de imprensa, comunicação institucional e de serviços editoriais, visando o atendimento das finalidades institucionais do CRESS/TO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12(doze) meses, contados da data de assinatura deste contrato e terá eficácia a partir desta data informada.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO.

3.1. O valor total deste Contrato é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), inclusos todos os custos e despesas, correndo por conta da Contratada as despesas com tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, lucros, e, ainda, todas as despesas que diretamente ou indiretamente derivem da prestação dos serviços, bem como outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

3.2. O valor será pago em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) pelo o período de 12 (doze meses) consecutivos.

3.3. O preço permanecerá fixo e irrevogável até o advento do termo final do prazo de vigência do contrato.

3.4. O pagamento será efetuado após o recebimento pelo Departamento Financeiro, das Notas Fiscais/Faturas de Serviço, devidamente atestadas e aceitas pelo gestor designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, conforme disposto no artigo 67 da Lei n.º 8.666/93;

3.5. Deverão ser apresentadas no CRESS-TO as Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 02 (duas) vias, devendo conter a descrição do objeto, o número do contrato e o número da Conta Bancária da

Contratada, ou PIX para pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até dez (10) dias úteis após a apresentação.

3.6. Na hipótese de as Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas. Em casos que tais, o Contratante terá o prazo de dez (10) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar a análise e o pagamento.

3.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a incidência dos encargos (IR, ISS, INSS e Contribuições Federais), bem como outros exigidos por lei. A retenção dos tributos federais não será efetuada caso a Contratada apresente o comprovante de que é optante pelo SIMPLES.

3.8. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

3.9. Os valores a serem reajustados na prorrogação do contrato serão corrigidos anualmente pelo índice INPC, tendo como data base do reajuste a data de assinatura do contrato.

3.10. A Contratada deverá manter durante a vigência do Contrato a plena regularidade o registro profissional de jornalista perante o Ministério do Trabalho, sob pena de rescisão do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do Código de Despesas de nº. 6.2.2.1.1.01.04.03.004.002– Serviço de Assessoria e Consultoria, no valor de R\$ 8.250,00 (oito mil, duzentos e cinquenta reais) para o ano de 2023 e 27.750,00 (vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais) para dotação do ano de 2024.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

5.1 Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os compromissos assumidos neste Contrato, bem como o que segue:

5.2 Efetuar o pagamento à empresa contratada no prazo de 10 (dez) dias, após apresentação da Nota Fiscal/fatura, atestada pelo Servidor Responsável pelo recebimento.

5.3 Comunicar à contratada de imediato qualquer discordância da fiscal/ fatura em relação ao objeto contratado, estando de acordo será emitido o aceite (atesto) do servidor responsável pelo recebimento dos serviços.

5.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados pela contratada fora das especificações do edital e contrato.

5.5 Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

5.6 Rejeitar nota fiscal/fatura, com a especificação, quantidades e em desacordo com o discriminado neste projeto básico, contrato e na proposta adjudicada;

5.7. No caso de viagem intermunicipal e interestadual, fica obrigado o CONTRATANTE custear as despesas por meio de pagamento de diária e aquisição de passagens aérea, se for o caso;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Responsabilizar-se pelas despesas para realização destes serviços, tais como o pagamento dos tributos fiscais, emolumentos e dos encargos decorrentes da Legislação trabalhista e Previdenciária;

6.2 Manter durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

6.4 Facultada a supressão e acréscimo além deste percentual, mediante acordo prévio entre as partes contratantes;

6.5 Exercer o controle do cronograma de atividades elaborado pelo CRESS/TO, com o objetivo de cumprir os prazos previamente estabelecidos e manter a eficiência dos serviços prestados.

6.6 Agendamento de entrevistas, por solicitação dos veículos, ou por iniciativa do CRESS/TO; Convocação de entrevistas coletivas; Redação de notas oficiais à imprensa; Preparação do entrevistado para entrevistas com dicas de comportamento e roteiro de informações;

Cobertura Fotográfica: cobertura fotográfica de até 03 eventos por mês promovidos pelo CRESS/TO ou pelos parceiros da instituição, com o objetivo de fornecer ilustração para o site, boletim impresso e também para distribuição aos veículos de comunicação, assim como preparação de conselheiros/as do CRESS para produção qualificada de fotos dos demais eventos a serem divulgados;

Mídias Sociais – TWITTER, Facebook, Instagram e outros -: Personalização e abastecimento do perfil do CRESS/TO no Twitter, Facebook, Instagram e outros. Estes veículos serão usados como ferramenta de informação para o público. Será abastecido de segunda-feira a sexta-feira com notícias relacionadas ao Serviço Social.

Artes: Criação de peças publicitárias como: panfletos, convites, outdoor, cartaz, folder, etc., para divulgação de eventos promovidos pelo CRESS/TO e de campanhas da entidade. Acompanhar matérias veiculadas nos meios de comunicação relacionadas ao Serviço Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. Os serviços de imprensa, comunicação institucional e de serviços editoriais, a serem contratados, relacionados nas cláusulas anteriores serão de atuação presencial e demais meio necessário para entrega do objeto constante neste projeto, assim como na sede do Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Tocantins, situado na Quadra 405 sul, alameda 24 lote 24, plano diretor sul, Palmas-TO, e/ou de acordo às necessidades do CRESS/TO, assim como, quando solicitado deverá estar disponível para viagens no Estado do Tocantins e outros da Federação;

7.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços em todos os eventos a serem realizados pelo o CRESS-TO, e também àqueles eventos onde o conselho participará de qualquer regime.

7.3. A CONTRATADA deverá atender às todas as solicitações demandas pela Gestão do CRESS-TO, pertinente a atividades profissional de comunicação institucional e mídia;

7.4. A CONTRATADA não será obrigada a cumprir carga horária na instituição;

- 7.5. É de responsabilidade da CONTRATADA a cobertura de todas as demandas remetidas as atividades profissionais contratadas;
- 7.6. As atividades desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser executada, respeitando o Código de Ética da categoria do Assistente Social;
- 7.7. A CONTRATADA deverá prestar serviços não somente dentro do prédio sede do conselho, como em qualquer outro local dentro ou fora da cidade situado o conselho, conforme for necessário;
- 7.8. Responsabilizar-se pelas despesas para realização destes serviços, tais como o pagamento dos tributos fiscais, emolumentos e dos encargos decorrentes da Legislação trabalhista e Previdenciária;
- 7.9. Manter durante toda a execução do Contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.
- 7.11. Facultada a supressão e acréscimo além deste percentual, mediante acordo prévio entre as partes contratantes;
- 7.12. Exercer o controle do cronograma de atividades elaborado pelo CRESS/TO, com o objetivo de cumprir os prazos previamente estabelecidos e manter a eficiência dos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

8. Ao contratado que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maiores, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pela Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas cogentes);
- 8.1 Advertência;
- 8.2. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
- 8.3. No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);
- 8.4. Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);
- 8.5. No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- 8.6. Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato;
- 8.7. Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- 8.8. Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “12.3.1” e “12.3.2”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- 8.9. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:

- 8.10. Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
- 8.11. Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
- 8.12. Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo Contratante, durante a vigência do registro.
- 8.13 Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 87, III da Lei nº 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.
- 8.14 Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93.
- 8.15 A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;
- 8.16 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.
- 8.17 Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 8.18. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerado injustificado os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 8.19. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.
- 8.20. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa contratada perante o contratante, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.

CLÁUSULA NONA - PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES.

- 9.1 Todas as informações obtidas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar seus representantes e empregados pela manutenção do sigilo de informações e documentos, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados;
- 9.2 Todas as informações, imagens e documentos a serem manuseados e utilizados são de propriedade do órgão, não podendo ser repassados, copiados, alterados ou absorvidos pela CONTRATADA sem expressa autorização da CONTRATANTE.
- 9.3 Será considerada ilícita a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens, gravações e informações usados durante a prestação dos serviços.
- 9.4 A CONTRATADA obriga-se a dar ciência imediata, por escrito, à CONTRATANTE, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

9.5 Cada profissional a serviço da CONTRATADA deverá estar ciente de que a infraestrutura do órgão não poderá ser utilizada para fins particulares.

9.6 A CONTRATADA deverá entregar ao órgão toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, bem como, cederá ao órgão, em caráter definitivo e irrevogável, a propriedade intelectual das produções realizadas durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por produções quaisquer textos, roteiros, imagens, artes, vinhetas, efeitos, programas, desenhos, e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS AUTORAIS E PATRIMONIAIS.

10.1 Todos os direitos autorais decorrentes da execução deste Instrumento são de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, nos termos do art. 111 da Lei nº 8.666/93, ficando vedada à CONTRATADA qualquer utilização indevida, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material fornecido ou produzido, sem autorização expressa daquele, sob as penas da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES.

11.1. Nos termos da Lei nº. 8.666/93, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o CRESS-TO pelo prazo de até cinco (5) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais penalidades legais, sendo garantido o direito à ampla defesa, se:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Cometer fraude fiscal.

11.2. A Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, execução parcial ou inexecução das obrigações contratuais, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
- b) 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado na execução do objeto, limitada a incidência até o 30º (trigésimo) dia;
- c) 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do Contrato, após o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado da execução do objeto;
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no inadimplemento total do Contrato e/ou no descumprimento das obrigações assumidas.

11.3. No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado proporcionalmente ao inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

12.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. A rescisão deste contrato poderá ser bem como nos casos de indisponibilidade financeira:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei acima mencionada;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Administração do Contratante;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;
- d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
- e) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- f) Rescisão ou alteração do contrato por iniciativa de quaisquer das partes com antecedência de 30 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste contrato serão dirimidas, nos termos do disposto no art. 55, § 2º da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, no foro da Seção Judiciária da sede do Contratante, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO ÚNICO:

Este contrato está atrelado ao Edital nº 005/2023 do Processo Administrativo nº 071/2023, realizado mediante procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de modo que torna obrigatório o cumprimento de todas as demandas nele escrito.

E por estarem justos e contratados, lavram o presente instrumento de contrato em duas vias de igual teor, que vão assinados pelas partes, que se comprometem a cumprir o presente em todas as suas cláusulas e condições, tudo de acordo com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Palmas/TO, 14 de novembro de 2023.


CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO TOCANTINS
CONTRATANTE

gov.br

Documento assinado digitalmente
MARILIA ABUBAKIR RANDAM
Data: 16/11/2023 15:17:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Natália Alves B. P. Santos
Dma Jasmim B. da Silva

CPF: 005.663.011-56
CPF: 608.463.343-83